

ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 3º QUADRIMESTRE 2015 (SET A DEZ/15)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	597.723.826,87	0,00
Pessoal Ativo	595.443.513,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	2.280.313,23	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	13.340.211,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.419.966,42	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.977.030,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.943.215,04	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	584.383.615,24	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.703.905.837,92	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	584.383.615,24	5,46%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	642.234.350,28	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	610.122.632,76	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	578.010.915,25	5,40%

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 27 de janeiro de 2016.


 JUREMA MAMEDE DE PAIVA
 Diretor de Controle Interno


 AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
 Diretor Financeiro


 Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
 Presidente



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE 2015 (SET-DEZ)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)											INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	<MR- 11>	<MR- 10>	<MR- 9>	<MR- 8>	<MR- 7>	<MR- 6>	<MR- 5>	<MR- 4>	<MR- 3>	<MR- 2>	<MR- 1>		<MR- >
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	46.536.237,31	45.959.043,69	46.474.775,43	47.045.580,67	49.286.468,05	64.723.122,74	45.002.424,10	45.782.916,65	45.722.311,19	45.997.960,88	44.882.716,90	70.310.269,25	597.723.826,87
Pessoal Ativo	46.536.237,31	45.959.043,69	46.474.775,43	46.621.054,18	49.286.468,05	64.723.122,74	45.002.424,10	45.366.274,19	45.722.311,19	45.416.342,60	44.882.716,90	69.452.743,25	595.443.513,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	424.526,49	0,00	0,00	0,00	416.642,46	0,00	581.618,28	0,00	857.526,00	2.280.313,23
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (8º do art. 18 da LRF)	2.402.518,34	1.751.940,85	1.686.169,43	1.557.017,88	4.181.795,93	272.913,31	106.391,14	146.089,28	133.049,52	165.948,75	114.448,15	821.929,05	13.340.211,63
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (8º do art. 19 da LRF)	151.868,30	203.884,41	205.527,26	203.420,66	38.643,93	197.395,12	49.107,47	93.741,22	79.412,33	107.136,88	51.606,11	38.222,73	38.222,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.463,74	134.967,76	134.746,49	129.031,50	2.668.845,52	0,00	291,00	0,00	0,00	0,00	7,78	5.676,38	5.676,38
Decorrentes de Decisões Judiciais	2.247.186,30	1.413.088,68	1.345.895,68	1.224.565,72	1.574.306,48	75.518,19	56.992,67	52.348,06	53.637,19	58.811,87	62.834,26	778.029,94	8.943.215,04
Despesas de Exercícios Anteriores	44.133.718,97	44.207.102,84	44.788.606,00	45.488.562,79	45.104.672,12	64.450.209,43	44.896.032,96	45.636.873,37	45.589.281,67	45.832.012,13	44.768.268,75	69.488.340,20	584.383.615,24
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III)													
584.383.615,24													
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)													
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP, sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100													
5,46%													
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%													
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%													
642.234.350,28													
610.122.632,76													

FONTE: SIAFEM

Nota 1: De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, Inativos e Pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota 2: De acordo com a Decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto retido na fonte não será computado como despesa com pessoal composto os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

AMUNDANDA SIEPWEIRA BONIFÁCIO

Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 3º QUADRIMESTRE 2015 (SET-DEZ)

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO		VALOR	PASSIVO		VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		69.676.097,66	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		19.093.218,15
Caixa		0,00	Depósitos		38.137,43
Bancos		69.676.097,66	Restos a Pagar Processados		19.055.080,72
Conta Movimento		69.676.097,66	Do Exercício		19.055.080,72
Contas Vinculadas		0,00	De Exercícios Anteriores		0,00
Aplicações Financeiras		0,00	Outras Obrigações Financeiras		0,00
Outras Disponibilidades Financeiras			<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>		
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>					
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)			SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		50.582.879,51
TOTAL		69.676.097,66	TOTAL		69.676.097,66
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)					20.792.867,35
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)					29.790.012,16
REGIME PREVIDENCIÁRIO					
ATIVO		VALOR	PASSIVO		VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		
Caixa		0,00	Depósitos		
Bancos			Restos a Pagar Processados		0,00
Conta Movimento			Do Exercício		
Contas Vinculadas			De Exercícios Anteriores		
Aplicações Financeiras			Outras Obrigações Financeiras		
Outras Disponibilidades Financeiras			<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>		
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>					
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)			SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)		0,00
TOTAL		0,00	TOTAL		0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)					
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)					0,00

FONTE: SIAFEM


 JUREMA MAMEDE DE PAIVA
 Diretor de Controle Interno


 AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
 Diretor Financeiro


 Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
 Presidente


 ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 3º QUADRIMESTRE 2015 (SET-DEZ)

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")


RS 1,00


ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA PODER JUDICIÁRIO					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	19.018.432,08	0,00	1.163.721,53	6.002.293,08
FERJ	0,00	32.790,30	0,00	18.893.293,88	0,00
FESMAM	0,00	750,00	0,00	136.410,80	0,00
FERC	0,00	3.108,34	0,00	28.761,14	
FUNSEG		0,00		570.680,00	
TOTAL	0,00	19.055.080,72	0,00	20.792.867,35	6.002.293,08


SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)	50.582.879,51
--	---------------

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS DO TESOUREIRO	0,00	19.019.182,08	0,00	11.065.107,58	
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO	0,00	35.898,64	0,00	9.727.759,77	6.002.293,08
TOTAL	0,00	19.055.080,72	0,00	20.792.867,35	6.002.293,08

FONTE: SIAFEM


 JUREMA MAMEDE DE PATVA
 Diretor de Controle Interno


 AMBSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
 Diretor Financeiro


 Desembargador CLEONICE CARVALHO CUNHA
 Presidente